

Henri Boullier de Branche e José Honório Rodrigues Dos Archives de Sarthe para o Arquivo Nacional

Henri Boullier de Branche and José Honório Rodrigues: from Archives de Sarthe to Arquivo Nacional / Henri Boullier de Branche y José Honório Rodrigues: de los Archives de Sarthe para el Arquivo Nacional

RESUMO

Relata a missão técnico-científica de Boullier de Branche, recepcionada por José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, apresenta as contribuições de ambos para os arquivos e a arquivologia brasileira. Suas ações consolidam a cooperação arquivística entre a França e o Brasil na formação de arquivistas e na institucionalização da disciplina.

Palavras-chave: Henri Boullier de Branche; José Honório Rodrigues; arquivologia francesa; arquivologia brasileira.

ABSTRACT

It reports Boullier de Branche's technical-scientific mission, received by José Honório Rodrigues at the Arquivo Nacional. Through a bibliographic and documentary research, it presents the contributions from both to the Brazilian archives and archival science. Their actions consolidate the archival cooperation between France and Brazil in the formation of archivists and in the institutionalization of the discipline.

Keywords: Henri Boullier de Branche; José Honório Rodrigues; French archival science; Brazilian archival science.

RESUMEN

Reporta la misión técnico-científica de Boullier de Branche, recibido por José Honório Rodrigues en el Arquivo Nacional. A partir de una investigación bibliográfica y documental, presenta las contribuciones de ambos a los archivos y a la arquivología brasileña. Sus acciones consolidan la cooperación arquivística entre Francia y Brasil en la formación de archiveros y en la institucionalización de la disciplina.

Palabras clave: Henri Boullier de Branche; José Honório Rodrigues; arquivología francesa; arquivología brasileña.

Angelica Alves da Cunha Marques

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação da UnB e do convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ibict/UFRJ), Brasil.

angelicacunha@unb.br

Considerações iniciais

Em 1910, o Congrès de Bruxelles ineditamente reúne mais de quinhentos arquivistas e bibliotecários da Europa e da América do Norte, Central e do Sul, com o propósito de propiciar uma cooperação intelectual universal.¹ Organizado pela Association des Archivistes et des Bibliothecaires Belges, o evento contempla pontos teóricos e técnicos do domínio da arquivoeconomia (serviços de arquivo) e da biblioteconomia, bem como estimula um acordo internacional para a promoção de reuniões similares. Unanimemente, foi destacada a necessidade de preparação científica e a recomendação de ensino superior e diploma universitário para o arquivista (Cuvelier; Stainier, 1912).

De acordo com Babelon (2008), o propósito desse congresso do início do século é postergado até a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1945, e concretizado em 9 de junho de 1948, quando da criação do International Council on Archives (ICA). A partir de 1956, a Unesco desenvolve uma política arquivística, depois confiada ao Département des Bibliothèques et des Archives (1967) – cujas ações se concretizam com fundos da própria Unesco e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) –,² entre outras atividades, mediante missões técnico-científicas de especialistas em diversos países, inclusive no Brasil.

Ações de cooperação comercial, técnica, científica e cultural entre a França e o Brasil são oficializadas antes disso, no século XIX, com o *Traité d'amitié, de commerce et de navigation* (France; Brésil, 1826), que inaugura vários acordos bilaterais entre os dois países. Dentre eles, destaca-se o *Accord sous forme d'échange de lettres relatif à la coopération technique administrative entre le Gouvernement de la République française et le Gouvernement des États-Unis du Brésil* (France; Brésil, 1959). Assinado pelo embaixador da França no Brasil e pelo ministro das Relações Exteriores, o acordo é executado pelo diretor da École Nationale d'Administration e pelo diretor-geral do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Prevê a cooperação técnico-administrativa em sete modalidades, dentre as quais a participação de professores e

1 O Brasil é representado por Manuel Cícero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional entre 1900 e 1924 (Juvêncio, 2016).

2 Relatório geral do grupo de trabalho Les Archives dans la Coopération (29/6/1972). Fundo Inspection Générale des Archives, custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

especialistas franceses na formação geral e especializada de funcionários públicos brasileiros, assim como o envio desses servidores à França, para estagiar em escolas e serviços técnicos franceses. Os dois países também poderiam promover a “participação de técnicos no estudo de novas técnicas administrativas, de reformas, ou de novos métodos de ensino” (France; Brésil, 1959, art. 2, d).

Tendo em vista essas perspectivas de intercâmbio técnico, sobretudo entre funcionários públicos, há a previsão de concessão de bolsas, pelo governo francês, a servidores brasileiros. Outras modalidades de intercâmbio também são contempladas, possibilitando viagens de estudo para personalidades ou disponibilização de técnicos do outro país, inclusive “a título de conselheiros técnicos, para o desenvolvimento do programa de cooperação administrativa, principalmente no domínio da formação dos funcionários em todas as disciplinas” (France; Brésil, 1959, art. 14). A partir desse acordo, o intercâmbio de professores, pesquisadores e técnicos entre os dois países se intensifica, com a vinda de vários especialistas franceses de diversas áreas ao Brasil.

Este artigo é parte de um projeto de pesquisa sobre as contribuições da arquivologia francesa à brasileira e atualiza uma tese (Marques, 2011) e uma comunicação em evento (Marques; Oliveira, 2018), com a análise de documentos inéditos. Dedicar-se ao relato histórico das autoridades arquivísticas internacionais que José Honório Rodrigues trouxe ao Brasil, particularmente o arquivista francês dos Archives de Sarthe, Henri Boullier de Branche, que vem ao país, em missão técnico-científica, como *expert* em administração pública.³ Para Buzzatti (2015, p. 118), essas visitas técnicas “imprimiram indelévels marcas na teoria e na prática do trabalho de arquivo no país e deixaram um legado de publicações técnicas com fôlego tal que demonstra sua atualidade e aplicabilidade até os dias de hoje”.

A exemplo de outros professores e pesquisadores que vêm ao Brasil em missões técnico-científicas – como Jean Glenisson, Michel Duchein, Charles Kecskeméti, Paule René-Bazin e Bruno Delmas, cujas viagens ao país foram investigadas em uma pesquisa de estágio de pós-doutorado –, Boullier de Branche marca a história dos arquivos, especialmente do Arquivo Nacional, e da arquivologia brasileira com as suas contribuições, doravante relatadas, com base em uma pesquisa bibliográfica e documental realizada nos Archives Nationales da França (Pierrefitte-sur-Seine,

³ Documento *Experts de coopération technique* (15/11/1960). Fundo Amérique/Questions Culturelles/Coopération Technique (bourses, stages, missions scientifiques et techniques), 1952-1961, custodiado pelos Archives Diplomatiques, em La Courneuve (França).

França), no Arquivo Nacional do Brasil (Rio de Janeiro), no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP) e no Espaço de Documentação e Memória Cultural Delfos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre.⁴

José Honório Rodrigues: o anfitrião

O Arquivo Nacional do Brasil foi criado em 1838, sob a perspectiva moderna de um arquivo, com a denominação de Arquivo Público do Império.

A história dos arquivos no Brasil pode remontar ao século XVI, porém o modelo dos arquivos modernos, *como havia surgido na França no final do século XVIII*, teve sua chegada prevista na primeira constituição do Império, datada de 1824, e desembarcou em terras brasileiras no ano de 1838. (Buzzatti, 2015, p. 43, grifo nosso)

Desde o final do século XIX, são registradas, nos relatórios da instituição, demandas e preocupações sobre a formação de arquivistas, particularmente do seu quadro técnico (Marques, 2007; 2011). José Honório Rodrigues é nomeado diretor, em 21 de agosto de 1958, e inicia a sua gestão no Arquivo Nacional poucos dias depois, em 29 de agosto, passando a empreender esforços para tornar a instituição “um arsenal da Administração”, de modo a “assegurar ao povo as provas de seus direitos e o acesso legal ao conhecimento e à informação” (Rodrigues, 1959, p. 5). Três meses depois da sua posse, ele altera a estrutura do Arquivo Nacional, mediante a aprovação de um novo regimento interno, que objetiva alinhar a instituição à moderna arquivologia europeia e à norte-americana (Santos; Lima, 2016).

O então novo diretor do Arquivo Nacional nasceu no Rio de Janeiro, em 1913. Bacharel em ciências jurídicas e sociais (1933-1937), tornou-se historiador nos Estados Unidos (University of Columbia), durante uma viagem que fez entre 1943 e 1944, como bolsista da Fundação Rockefeller (Glezer, 1976; Rodrigues, 1994). Apresentava-se como “um historiador por vocação”, preocupado com a elaboração conceitual na descrição dos acontecimentos (Glezer, 1976, p. 85).

⁴ Registro meus agradecimentos à arquivista Paula Rafisa Batista de Almeida Marques Ramalho, que colaborou com a pesquisa, no âmbito de um projeto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ao mapear os documentos em São Paulo e Porto Alegre.

Trabalhou no Instituto Nacional do Livro (1938-1944); no Instituto do Açúcar e do Alcool, como bibliotecário (1945); e no Instituto Rio Branco (1946-1956), onde participou da Comissão de Estudos de Textos da História do Brasil (1945-1968). Atuou como professor a partir de 1953; como diretor de Obras Raras e Publicações na Biblioteca Nacional (1946-1958), onde teve acesso a duas importantes coleções, a de Documentos Históricos e a dos Anais da Biblioteca Nacional, colaborando na disponibilização de obras de difícil acesso (Santos; Lima, 2016); e como diretor no Arquivo Nacional (1958-1964), período em que se observam relações entre a metodologia da pesquisa histórica e o discurso técnico-científico associado aos documentos. Entre as políticas documentais públicas e a pesquisa histórica, os arquivos estavam, nesse contexto, na confluência do discurso histórico e dos interesses políticos, administrativos e jurídicos, como explicitado por Buzzatti (2015).

A lacuna existente por não estar o AN [Arquivo Nacional] voltado a trabalhar para a administração pública, e sim para a pesquisa histórica (enquanto coleta documental), tornava a instituição, aos olhos de JHR [José Honório Rodrigues], um exemplo de obsolescência. Esse serviço, essencial ao Estado moderno, permaneceria órfão, enquanto o AN não se incumbisse do papel de “arcabouço da administração”. (Buzzatti, 2015, p. 69)

Como diretor do Arquivo Nacional, Rodrigues se preocupa com a publicação de fontes, reformas e cursos para a formação técnica de pessoal. O seu trabalho à frente da instituição é assim resumido pelo autor:

A transformação da organização é um dos principais aspectos da reforma que JHR pretendia empreender: afastar a forma da instituição da ordem dos documentos e aproximá-la de um formato administrativamente atualizado é o mote central do trabalho do diretor. (Buzzatti, 2015, p. 70)

Indo ao encontro dos estudos empreendidos pelos arquivistas que recepcionara, Boullier de Branche (1975) e Theodore Roosevelt Schellenberg (2015), Rodrigues realiza o seu diagnóstico da situação do Arquivo Nacional, no qual aponta críticas aos problemas por ele considerados fundamentais, tais como o recolhimento (do ponto de vista arquivístico) e a formação de pessoal (do viés funcional), concluindo que “só depois da solução dos problemas administrativos e arquivísticos é que o Arquivo Nacional deverá cuidar da história” (Rodrigues, 1959, p. 66). Assim, ele empreende um discurso de modernidade arquivística tendo em vista a

superação da lógica histórica, ao enfatizar o papel do arquivo na lógica da administração pública (Buzzatti, 2015).

Além da sua atuação internacional, deve ser realçado o papel de José Honório Rodrigues na divulgação das práticas e do pensamento arquivísticos, por meio de publicações especializadas produzidas pela instituição, especialmente as traduções que passaram a compor a série Publicações Técnicas, por ele mesmo apresentadas e prefaciadas (Marques; Rodrigues, 2017). Seu esforço nesse sentido é reconhecido por pesquisadores da área que lhe sucederam e destacaram a relevância dessas publicações para suprir a escassez de obras técnicas em português sobre arquivos e arquivologia, de forma a “dotar os arquivistas brasileiros de obras clássicas da arquivologia, até então fora de seu alcance” (Fonseca, 1988, p. 101). Ainda nessa linha, Santos e Lima lembram que

dos 27 títulos da série Publicações Técnicas, 25 foram publicados entre 1959 e 1960, o que revela a intenção, a capacidade técnica e a agilidade para colocar à disposição das instituições de arquivo, órgãos públicos e profissionais um conjunto de conhecimentos arquivísticos e informações inéditas no país. (Santos; Lima, 2016, p. 496)

Em 1970, José Honório Rodrigues foi nomeado diretor do arquivo da Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 1987, deixando um legado de ensinamentos e contribuições, estudadas e reconhecidas no âmbito da história (Glezer, 1976; Iglésias, 1988; Mota, 1988; Alves Junior, 2008; Rodrigues; Mello, 1994; Abreu, 2011; Uhiara, 2014), dos arquivos e da arquivologia (Soares, 1987; Simões, 2013; Buzzatti, 2015; Marques; Rodrigues, 2017; Marques; Oliveira, 2018). Merece destaque a ponderação de Soares, feita há 33 anos, ao assinalar a responsabilidade do diretor do Arquivo Nacional diante da institucionalização da disciplina:

O processo renovador da arquivística brasileira é fruto do empenho do historiador José Honório Rodrigues, quando a partir de 1958 assume a direção do Arquivo Nacional. O estado deplorável em que se encontrava aquela instituição, sem controle de acervos e sem quadro técnico capaz de atender qualquer propósito de modernização, levaram o historiador a repensar seus projetos administrativos e começar o trabalho pelo caminho mais longo: *a formação de pessoal adequado capaz de enfrentar os novos desafios que viriam pela frente. Em outras palavras: fundar uma arquivística com base científica, em consonância com os avanços tecnológicos já observados em centros internacionais mais evoluídos.* (Soares, 1987, p. 7, grifo nosso)

E mais recentemente, sobre a relevância da sua gestão para o Arquivo Nacional e para instituições congêneres, Santos e Lima apreciam a atuação de Rodrigues:

Portanto, não é demais afirmar que José Honório Rodrigues representou um marco, uma inflexão na tradição histórica de diretores do Arquivo Nacional, ao traçar as grandes linhas das transformações necessárias ao Arquivo Nacional e às práticas arquivísticas que vigoravam na administração pública. (Santos; Lima, 2016, p. 498)

Destacam-se os contatos realizados por José Honório com o governo francês e as suas singulares repercussões para a organização dos arquivos brasileiros e para a institucionalização da arquivologia no Brasil, ao não poupar esforços para realizar uma reforma administrativa no Arquivo Nacional (Buzzatti, 2015), formar tecnicamente os seus funcionários e oferecer, à comunidade arquivística que então se formava no Brasil, acesso a obras internacionais de referência arquivística, que passaram a ser traduzidas para o português (Marques; Rodrigues, 2017). Indubitavelmente, esse historiador de perfil intelectual internacionalista foi simultaneamente (cons)ciente dos problemas brasileiros e conectado aos avanços internacionais.

Boullier de Branche: o arquivista francês no Brasil

O cenário brasileiro de recepção a Henri Boullier de Branche, por José Honório Rodrigues, era de uma política nacional-desenvolvimentista, empreendida pelo governo federal e seguida pelas demais esferas institucionais, com o objetivo de superar o atraso e a estagnação (Santos; Lima, 2016). Com sua erudição e intelectualidade ativa e engajada politicamente, “ao assumir o Arquivo Nacional, um dos objetivos de José Honório era contar com a assessoria de técnicos europeus e norte-americanos que pudessem colaborar no estudo e no planejamento da reforma institucional que pretendia imprimir” (Santos; Lima, 2016, p. 493). Ele assistia aos primeiros passos da institucionalização da arquivologia como disciplina no Brasil, que, segundo esses estudiosos, eram dados com as primeiras etapas do processo de criação e implantação do Sistema de Arquivos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no final da década de 1950.

O Dasp, a FGV e o Arquivo Nacional, durante a administração José Honório, foram “lugares da arquivologia” que, nas décadas de 1940 a 1960, experimentaram

processos distintos nos quais os arquivos alcançaram um lugar na cultura e no projeto de desenvolvimento institucional. (Santos; Lima, 2016, p. 491)

Atento às oportunidades e sempre proativo no estabelecimento de contatos que colaborariam para a definição dos rumos da disciplina brasileira, no final dos anos 1950, ainda na ausência de um curso específico para a formação dos funcionários da principal instituição pública custodiadora de documentos arquivísticos do país, o novo diretor contacta a Embaixada da França no Brasil e solicita a colaboração de um arquivista francês para cursos sobre a organização dos arquivos na França, que era modelo à época. Em seu requerimento, ele explica que

o professor francês nos ajudaria a formar o pessoal técnico de que necessitamos para nossas tarefas iniciais. Nosso curso de preparação deverá ser iniciado em março de 1959, mas seria preferível contarmos com o professor arquivista francês de junho a novembro. O envio de pessoal brasileiro para cursar o Stage International [Stage Technique International d'Archives (STIA)] seria feito posteriormente e como aperfeiçoamento.⁵

Haveria, portanto, um curso de aperfeiçoamento de arquivistas, basicamente quanto às doutrinas, técnicas e métodos e à história e organização dos arquivos na França e na Europa. Esse curso teria a duração de quatro meses e meio e o restante do tempo seria “aproveitado para o estudo da situação do Arquivo Nacional e elaboração de sugestões para sua solução”.⁶

O arquivista francês indicado para essa missão foi Henri Marie Michel Alphonse Boullier de Branche, licenciado em história da Idade Média e arquivista-paleógrafo. O *conservateur des archives* do Ministère des Affaires Étrangères (MAE) já tinha uma experiência profissional de mais de vinte anos como arquivista da comuna de Péronne (Departamento de Somme), dos departamentos de Lozère, de Haute-Loire e de Sarthe, onde trabalhava naquele momento como diretor dos Services des Archives.⁷

⁵ Carta de José Honório Rodrigues à Gabrielle Mineur, adido cultural da Embaixada da França 195[7?] – Fundo Arquivo Nacional, custodiado pelo Arquivo Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro.

⁶ Documento solto, incompleto e sem data, aparentemente relacionado à carta de José Honório Rodrigues à Gabrielle Mineur 195[7?] – Fundo Arquivo Nacional, custodiado pelo Arquivo Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro.

⁷ Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

Destaca-se, no seu currículo, as suas experiências profissionais internacionais. Em 1956, Boullier de Branche parte em missão técnica arquivística, no âmbito das Nações Unidas, para a Nicarágua, o que lhe proporciona conhecimento sobre arquivos de países tropicais, especialmente acerca das peculiaridades da conservação dos seus documentos.⁸ No ano seguinte, em 1957, ele publica um livro, *Archivo, organización y métodos*, com conferências realizadas na Escuela Superior de Administración Pública da América Central.⁹ Ainda em 1957, passa por uma entrevista com o diretor-geral dos Archives de France, Charles Braibant, e é indicado para colaborar na Assistência Técnica das Nações Unidas ao Brasil, de acordo com o requerimento do governo brasileiro.¹⁰

Contudo, a missão de Boullier de Branche no Brasil se daria somente dois anos mais tarde, quando o governo do país volta a se aproximar do governo da França, explicitando suas necessidades em um programa de trabalho precisamente descrito, na previsão de cooperação técnica do acordo firmado em 1959 (France; Brésil, 1959). Nessa circunstância, a indicação de Boullier de Branche para a missão, pelo diretor do Dasp, decorre do seu contato com o chefe da Seção de Arquivos e Biblioteca daquela instituição, que fizera um estágio com o arquivista francês, no ano anterior.¹¹

O programa de trabalho para a consecução da missão de Boullier de Branche no Brasil constituía-se de duas partes. A primeira dizia respeito à formação sobre organização de arquivos, com um curso que ele daria na Escola do Serviço Público do Dasp, para o aperfeiçoamento dos funcionários do Arquivo Nacional. Ao longo de quatro meses e distribuído em três horas semanais, o curso compreendia a história, a doutrina, a técnica e os métodos de organização de arquivos, especialmente na França e na Europa. O professor deveria indicar uma bibliografia internacional

⁸ Correspondências de Branche para o diretor dos Archives Nationales (22/6/1956 e 13/11/1957) – Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

⁹ Feuilles signalétiques pour les années 1957 et 1958 – Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

¹⁰ Request from the Government of Brazil (13/11/1957); correspondências de Boullier de Branche para o diretor-geral dos Archives Nationales, de 11 e 14 de dezembro de 1957; correspondência do diretor-geral dos Archives Nationales para o ministro de Affaires Étrangères, de 23 de dezembro de 1957 – Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

¹¹ Correspondência do chargé d'affaires de France para o ministro de Affaires Étrangères (15/3/1959 – Série Correspondances do fundo Rio Ambassade, custodiado pelos Archives Diplomatiques, em Nantes (França).

de referência, apontando, inclusive, quais obras deveriam ser traduzidas para o português.

Este curso é organizado pelo Arquivo Nacional, na Escola do Serviço Público. Em funcionamento pela primeira vez, este ano, seguirá um ciclo elementar que acaba de ser aberto. A maioria dos noventa alunos inscritos neste primeiro ciclo já é de funcionários do Arquivo Nacional.¹²

A segunda parte do programa contemplava o estudo de organização e funcionamento do Arquivo Nacional, tendo em vista a proposição de soluções para sua modernização. Dessa parte, particularmente, resultaria o relatório de Boullier de Branche, ao final da sua estada no Rio de Janeiro, cuja primeira edição é de 1960 e a segunda, de 1975 (Boullier de Branche, 1975).

O arquivista francês obtém autorização do governo do seu país para exercer funções de arquivista no âmbito da cooperação técnica internacional, junto ao governo brasileiro, entre 1º de agosto de 1959 e 31 de julho de 1960. Inicialmente, sua permanência seria de oito meses (1º de agosto de 1959 a 31 de março de 1960), mas o governo brasileiro solicita ao francês prorrogação por mais seis meses. Da França, vem a autorização de mais quatro meses, totalizando a estada de um ano.¹³

Com a colaboração do Dasp, então, a formação para o quadro técnico do Arquivo Nacional começa a ser oferecida em abril de 1959, com o curso de preparação do pessoal auxiliar de arquivo, com duração de quatro meses e voltado para as repartições públicas dos institutos educacionais da época. Em setembro do mesmo ano, inicia-se o segundo curso, já com a presença do professor francês. O curso de aperfeiçoamento de arquivo foi divulgado nos jornais da época, conforme extrato a seguir.

O Arquivo Nacional, com o apoio da Divisão de Cursos do Dasp, inicia a 24 de agosto o 2º Curso de Arquivos, destinado a aperfeiçoar arquivistas e revelar dirigentes. O 2º Curso terá a colaboração do prof. Boullier de Branche, diretor

¹² *Programme de mission de M. Henri Boullier de Branche, expert-archiviste – Série Correspondances do fundo Rio Ambassade, custodiado pelos Archives Diplomatiques, em Nantes (França).*

¹³ Conforme Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França); documentos do fundo Rio Ambassade (télégrames), custodiado pelos Archives Diplomatiques, em Nantes (França) e do fundo Amérique/Questions Culturelles/Coopération Technique (bourses, stages, missions scientifiques et techniques), 1952-1961, custodiado pelos Archives Diplomatiques, em La Courneuve (França).

dos Arquivos de La Sarthe (França), obtida através da ajuda da Embaixada da França. O curso, que contará com a colaboração de professores brasileiros, constará da classificação de arquivos, organização e administração de arquivos, história administrativa do Brasil, paleografia e diplomática, pesquisa histórica e noções de historiografia.¹⁴

No curso que Boullier de Branche ministra na Escola Brasileira de Administração Pública da FGV, são utilizados artigos das revistas *Archivum* (do ICA) e *La Gazette des Archives* da Association des Archivistes Français (AAF). Da primeira revista, o professor indica a tradução de alguns textos do francês para o português.¹⁵ Ao final da sua permanência no Brasil, Boullier de Branche prepara o *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil*, no qual examina os principais problemas da instituição. Em relação ao seu pessoal, ele descreve que

o pessoal científico e técnico do Arquivo está em fase de formação e, sob este aspecto, as perspectivas são excelentes. Elementos jovens e dinâmicos, recrutados recentemente, estão prontos a colaborar sob o impulso de seu diretor na renovação dos arquivos. Apesar da formação especializada que vem sendo ministrada ao pessoal, há um ano, falta-lhe também, na maioria das vezes, uma formação geral de base nas ciências anexas e conhecimentos indispensáveis ao trabalho do arquivista: história, geografia histórica, história do direito e das instituições brasileiras e portuguesas, organização administrativa do Brasil, bibliografia. (Boullier de Branche, 1975, p. 5)

Levando em conta essas lacunas, ele recomenda a oferta de cursos regulares para a formação de arquivistas no país, inclusive indicando a criação de uma escola com esse fim.

A formação de pessoal qualificado, de um corpo de funcionários especializados nos problemas de arquivos, é essencial para o futuro dos arquivos brasileiros. Mas este trabalho, para dar resultados satisfatórios, deverá prosseguir sem interrupção e conduzir normalmente à criação de uma escola de arquivistas da qual o Brasil tem necessidade premente, ou pelo menos de uma série de cursos

¹⁴ Documento identificado como *Notícia p/ jornal [1959?]* – Fundo Arquivo Nacional, custodiado pelo Arquivo Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro.

¹⁵ Correspondência do embaixador da França no Brasil para o ministro de Affaires Étrangères (23/5/1959) – Fundo Rio Ambassade (correspondances), custodiado pelos Archives Diplomatiques, em Nantes (França).

permanentes, nos quais serão ensinadas as diferentes matérias indispensáveis. Só deste modo poderá o Brasil recrutar os arquivistas qualificados que lhe serão cada vez mais indispensáveis. (Boullier de Branche, 1975, p. 17)

Ainda que preocupações nesse sentido tenham sido registradas nos relatórios do Arquivo Nacional desde os anos 1890 e que ações tenham sido empreendidas para a criação de cursos ao longo da primeira metade do século XX, é pela recomendação do arquivista francês que, explicitamente, é criado o Curso Permanente de Arquivos (CPA), que entra em funcionamento em 1960. Levando em consideração esse movimento, as palavras de Bourdieu (2002, p. 4, tradução nossa) fazem bastante sentido, ao defender que “os estrangeiros, como a posteridade, têm, em certos casos, uma distância, uma autonomia em relação às restrições sociais do campo”. Esta afirmação pode explicar a legitimidade conferida às observações e sugestões de Boullier de Branche que reiteram as preocupações do Arquivo Nacional e culminam no CPA.

Já dispondo de um Curso Permanente de Arquivos, de nível universitário, reconhecido pelo MEC e funcionando regularmente desde 1960 no Arquivo Nacional, com grande procura de candidatos oriundos dos mais diversos setores sociais do país, a formação de pessoal especializado em arquivologia, capaz de aplicar as modernas técnicas aos arquivos brasileiros, chegou ao primeiro semestre deste ano com as condições básicas julgadas essenciais à execução do projeto de criação de uma Escola Superior, segundo parecer aprovado pelo Conselho Federal de Educação. (Arquivo Nacional, 1974, p. 13)

Assim, consumavam-se as expectativas de oferta de cursos para a década de 1960, pelo Arquivo Nacional. O curso *permanente* teria a duração de dois anos, com aulas semanais, e deveria “especializar pessoal na técnica de arquivo, não só servidores públicos como auxiliares de empresas e de organizações que desejarem melhorar as suas condições”.¹⁶

O CPA inaugura a formação regular dos arquivistas brasileiros e continua sendo ofertado pelo Arquivo Nacional por 17 anos. Nesse ínterim, em 28 de setembro de 1973, é firmado um acordo que regula o seu mandato universitário, concedido pelo conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O curso é transferido, com a denominação de Curso de

¹⁶ De acordo com o Projeto do Elenco das Disciplinas do Concurso Oficial de Arquivologia [1960?] – Fundo Arquivo Nacional, custodiado pelo Arquivo Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro.

Arquivologia (Brasil, 1977), para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj, hoje Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio), em 1977, em decorrência do termo de convênio assinado pelo diretor do Arquivo Nacional, pelo presidente da Fefierj e pelos decanos dos centros de Ciências da Saúde e de Ciências Humanas dessa universidade.¹⁷ A integração do CPA ao Centro de Ciências Humanas da Fefierj, com a nomeação de professores, pelo seu presidente, dá-se no mesmo ano (Arquivo Nacional, 1977).

Os cursos extraordinários do Arquivo Nacional, assim denominados os cursos avulsos oferecidos, continuavam sendo ministrados de acordo com as conveniências da instituição. Além dos cursos que ministrou, Boullier de Branche colaborou com a identificação e organização de vários fundos, a descrição do fundo da Marinha de Guerra e a revisão de coleções de documentos históricos.¹⁸ O arquivista francês compartilhou a “noção moderna de ‘respeito aos fundos’” (Buzzatti, 2015, p. 87) e ainda “deixou as bases de um método de classificação que, segundo sua análise, a instituição ainda não possuía” (Santos; Lima, 2016).

Ao finalizar sua missão, ele recomenda que a cooperação técnica da França com o Brasil seja permanente, com a disponibilização de um arquivista ou de uma equipe técnica que lhe suceda na formação e no treinamento dos funcionários públicos brasileiros.¹⁹ Esta recomendação é reiterada pelo então embaixador da França no Brasil, quando é realizada uma avaliação da situação da cooperação técnica em matéria administrativa. O arquivista francês também recomenda a disponibilização de um especialista em restauração de documentos, pelo governo francês, ao Brasil, diante da demanda apresentada por José Honório Rodrigues.²⁰ Outrossim, solicita, ao governo do seu país, bolsas para brasileiros participarem do STIA.²¹ Requer, ainda, aos Archives Nationales, autorização

¹⁷ Conforme telex do ministro de Estado da Justiça ao diretor-geral do Arquivo Nacional agradecendo a cooperação no processo de transferência do curso de arquivologia para a Fefierj (Arquivo Nacional, 1977, p. 33).

¹⁸ Correspondência do diretor do Arquivo Nacional do Brasil para o diretor-geral dos Archives Nationales (5/8/1960) – Série Service Technique do fundo Direction des Archives de France, custodiado pelos Archives Nationales em Pierrefitte-sur-Seine (França).

¹⁹ Correspondência do diretor-geral del'École Nationale d'Administration para o diretor-geral dos Archives Nationales, de 25 de fevereiro de 1960. Série Correspondances do fundo Rio Ambassade, 1959-1960, custodiado pelos Archives Diplomatiques, em Nantes (França).

²⁰ Correspondência de José Honório Rodrigues para o diretor-geral do Dasp (20/11/1959); correspondências de Bernard Hardion, embaixador da França no Brasil para o MAE, de 24 de novembro de 1959 e de 8 de dezembro de 1959 – Fundo Rio Ambassade (correspondances).

²¹ Correspondência de Branche para o diretor-geral dos Archives Nationales, de 1º de se-

para a tradução de textos legislativos e regulamentares sobre os arquivos franceses.²²

A excelência do seu trabalho é reconhecida pelo diretor do Arquivo Nacional do Brasil, que escreve ao diretor-geral dos Archives Nationales para agradecer pela colaboração prestada por Boullier de Branche: “Não posso deixar de exaltar a sua competência, dedicação, assiduidade e afabilidade no trato, tornando-se cada servidor um seu amigo e admirador”.²³

Ainda no plano da cooperação técnica internacional, ele participa de uma missão para a reorganização do Arquivo Nacional de Camarões, por dois anos (de agosto de 1963 a julho de 1965).²⁴ Em outubro de 1973, apresenta-se e é nomeado *conservateur d’archives honoraire*.²⁵

Considerações finais

A proficuidade das relações estabelecidas entre o Brasil e a França, na área dos arquivos, decorreu dos acordos de cooperação que propiciaram a colaboração entre os dois países, para o desenvolvimento de atividades culturais, intelectuais e técnicas, além do compartilhamento de informações, documentos e conhecimentos.

A recepção ao arquivista francês, por um historiador, no Arquivo Nacional, consolidou a parceria técnico-científica entre o Brasil e a França no campo dos arquivos. Dos trabalhos realizados por Henri Boullier de Branche e José Honório Rodrigues, foi firmada uma parceria que marcou a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil, definindo os trilhos da sua institucionalização e apontando as trilhas que a levariam à

tembro de 1959 – Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

²² Carta de Boullier de Branche a André Chamson, diretor-geral dos Archives Nationales (16/10/1959); carta de Chamson em resposta à primeira (28/10/1959) – Série Service Technique, do fundo Direction des Archives de France, custodiado pelos Archives Nationales, em Pierrefitte-sur-Seine (França).

²³ Correspondência do diretor do Arquivo Nacional do Brasil para o diretor-geral dos Archives Nationales (5/8/1960) – Série Service Technique do fundo Direction des Archives de France, custodiado pelos Archives Nationales em Pierrefitte-sur-Seine (França).

²⁴ Arrêté, par le ministre d’État chargé des Affaires Culturelles, de 5 de junho de 1964. Outros documentos indicam que esta missão tenha sido prorrogada até 1968 (Fiche d’appréciation sur la manière de servir des fonctionnaires de coopération technique, de 16 de maio de 1969) – Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales em Pierrefitte-sur-Seine (França).

²⁵ Arrêté n. 567, de 16 de outubro de 1973 – Dossier ABIVc24 Boullier de Branche (Personnel. Dossiers de personnes nées avant 1940), custodiado pelos Archives Nationales em Pierrefitte-sur-Seine (França).

sua identidade como disciplina. Inicialmente delineada junto à história – muito em razão do protagonismo do Arquivo Nacional entre os anos 1950 e 1970 –, a arquivologia se aproxima da biblioteconomia e da ciência da informação, nas relações de colaboração que estabelece com essas áreas na sua busca por autonomia.

Podemos afirmar que o encontro de Rodrigues com Boullier de Branche foi exitoso quanto aos seus propósitos, especialmente no que tange à formação dos arquivistas brasileiros. O arquivista francês ministra cursos, colabora na identificação, organização e descrição de fundos custodiados pelo Arquivo Nacional e recomenda a oferta de um curso regular para a formação de arquivistas no Brasil, o CPA, primeiro dos 16 cursos superiores atualmente oferecidos no Brasil. Do legado de Rodrigues e das contribuições de Boullier de Branche, a arquivologia brasileira conquista seus espaços na universidade, propiciando, além da formação de arquivistas, a realização de pesquisas, na graduação e na pós-graduação, sobre a disciplina e seu objeto de estudo – os (documentos de) arquivos.

Ainda que não seja tão conhecido na literatura da área, Boullier de Branche, juntamente ao seu anfitrião, nos deixa um legado de boas práticas, estudos e condutas imprescindíveis à atuação profissional e à formação acadêmica dos arquivistas. Sua participação em cursos no Arquivo Nacional e suas recomendações sobre a oferta de cursos regulares para a formação de arquivistas no Brasil sintetizam momentos da sua colaboração, rastros de memórias para a compreensão da história dos arquivos, dos arquivistas e da arquivologia brasileira, que, seguindo os ensinamentos de José Honório, torna-se atenta ao desenvolvimento do pensamento arquivístico internacional, particularmente o francês.

As colaborações técnico-científicas arquivísticas francesas promoveram o compartilhamento de conhecimentos práticos e teóricos da França com o Brasil, mediados por especialistas como Boullier de Branche, cuja autoridade ressoa para a posteridade. Difundidos a partir de intercâmbios, esses conhecimentos são, mais tarde, nutridos por heranças intelectuais e pelas diversas perspectivas abertas a partir de então, ampliados com parcerias com outros países, consideradas as singularidades de cada contexto histórico, político, social, teórico-epistemológico e simbólico.

Referências

- ABREU, Luciano Aronne de. Histórias da nossa história: o acervo José Honório Rodrigues. Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 319-332, 2011.
- ALVES JUNIOR, Paulo. O pensamento radical de José Honório Rodrigues: a conciliação na história do Brasil. In: ANPUH/SP-USP. Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/144391797/Pensamento-Radical>. Acesso em: 29 abr. 2020.
- ARQUIVO NACIONAL. Mensário do Arquivo Nacional, ano VIII, v. 6, Rio de Janeiro, jul. 1977.
- _____. Mensário do Arquivo Nacional, ano V, v. 3, Rio de Janeiro, mar. 1974.
- BABELON, Jean-Pierre. Les archives: mémoire de la France. Paris: Découvertes Gallimard Culture et Société, 2008.
- BOULLIER DE BRANCHE, Henri. Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. Actes de la recherche en sciences sociales, v. 145, dezembro 2002, p. 3-8. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_2002_num_145_1_2793. Acesso em: 27 abr. 2020.
- BRASIL. Decreto n. 79.329, de 2 de março de 1977. Transfere à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj) o Curso Permanente de Arquivos, do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, com a denominação de Curso de Arquivologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79329-2-marco-1977-428242-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- BUZZATTI, João Vicente Teixeira. Da máquina erudita à instituição arquivística: rupturas e continuidades nas relações entre pesquisa histórica e técnicas de arquivo; o caso da reforma administrativa do Arquivo Nacional (1958-1964). Porto Alegre, 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CUVELIER, J.; STAINIER, I. Congrès de Bruxelles 1910: actes publiés par J. Cuvelier et I. Stainier. Bruxelles, 1912. Disponível em: <https://archive.org/details/BrusselsCongress1910>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- FONSECA, Maria Odila Kah. Publicações técnicas do Arquivo Nacional. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 101-110, jul./dez. 1988.
- FRANCE; BRÉSIL. Accord sous forme d'échange de lettres relatif à la coopération technique administrative entre le gouvernement de la République française et le gouvernement des États-Unis du Brésil. Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/util/documents/accede_document.php?1587581487500. Acesso em 22 abr. 2020.
- _____. Traité d'amitié, de commerce et de navigation. Rio de Janeiro, 1826. Informações disponíveis em: https://basedoc.diplomatie.gouv.fr/exl-php/recherche/mae_internet___traites. Acesso em: 24 abr. 2020.
- GLEZER, Raquel. O saber e o fazer na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica. 1976. 241 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.
- IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 55-78, 1988.
- JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Manoel Cícero Peregrino da Silva, a Biblioteca Nacional e as origens da documentação no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Brasília, 2016. 2 v., 341p.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha; OLIVEIRA, Eliane Braga. Os saberes e fazeres na institucionalização da arquivologia no Brasil: memória das contribuições francesas. In: CHAUDIRON, S.; TARDY, C.; JACQUEMIN, B. (ed.). Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire. Actes du 4^o colloque scientifique international du

- Réseau MUSSI. Mediação dos saberes: a memória no contexto da construção documental. Anais do 4º colóquio científico internacional da Rede MUSSI, Villeneuve d'Ascq: Université de Lille, p. 189-198. 2018.
- _____; RODRIGUES, Georgete Medleg. Um intelectual no Arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no Brasil. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 30, p. 176-191, 2017.
- _____. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- _____. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MOTA, Carlos Guilherme. José Honório Rodrigues: a obra inacabada. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 3, set./dez. 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300008. Acesso em: 15 out. 2020.
- RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.
- RODRIGUES, Lêda Boechat. O homem e sua escrita. In: RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- _____; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; LIMA, Ana Luce Girão Soares de. Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração: notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 483-502, 2016.
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 287-300, jul./dez. 2015.
- SIMÕES, Mariana. José Honório Rodrigues, a turma de publicações e as publicações técnicas do Arquivo Nacional. In: *Simpósio Nacional de História*, 27., 2013, Natal.
- SOARES, Iaponan. José Honório Rodrigues e o desenvolvimento da arquivística brasileira. *Ágora*, v. 3, n. 6, p. 6-11, 1987. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/50/pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.
- UHIARA, Érika. *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*. São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista.

Recebido em 30/4/2020

Aprovado em 8/9/2020